

# A AGRICULTURA FAMILIAR NA RMC: UM OLHAR SOBRE A RELAÇÃO AMBIENTE E SOCIEDADE A PARTIR DA COMUNIDADE DE MERGULHÃO

Hieda Maria Pagliosa Corona<sup>1</sup>.

---

## RESUMO

O objetivo do presente artigo é analisar como a comunidade de Mergulhão, localizada no município de São José dos Pinhais, na franja do polo metropolitano, responde às pressões e às oportunidades geradas pela relação com a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), analisando as estratégias de reprodução social das famílias agricultoras. Essas Estratégias resultam das experiências constitutivas do *habitus* (BOURDIEU) familiar; das respostas às pressões e às oportunidades geradas no contexto das políticas públicas e demandas metropolitanas, bem como dos projetos de futuro estabelecidos pelas famílias. Historicamente, tal proximidade gerou uma relação estreita das famílias com a metrópole, o que possibilitou tanto a intensificação da agricultura como a existência de uma importante pluriatividade. Essa relação de proximidade vem, ao longo do tempo, viabilizando alternativas de desenvolvimento sempre que essa relação se converte em estratégias concretas que permitem a reprodução da agricultura familiar. Mais recentemente, tais estratégias estão vinculadas às chamadas novas ruralidades, como o turismo rural e a conversão para a produção "mais natural", decorrentes da tradição das famílias produtoras de uva, vinho e "miudezas" e das políticas públicas voltadas para a conservação dos recursos hídricos e remanescentes florestais.

**Palavras-chaves:** agricultura familiar; estratégias de reprodução social; conservação ambiental.

---

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar como as pressões da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), principalmente aquelas vinculadas à problemática ambiental - ocupação do solo, preservação de recursos hídricos e remanescentes florestais -, têm gerado tanto possibilidades como limitações para a reprodução social da agricultura familiar. Mais especificamente, analisar como a comunidade de Mergulhão, localizada na franja do polo metropolitano, responde às pressões e às oportunidades geradas pela relação com Curitiba e entorno, analisando as estratégias de reprodução econômica e social das famílias agricultoras. Essas Estratégias resultam das experiências constitutivas do *habitus*

---

<sup>1</sup> Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela UFPR; professora/pesquisadora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Pato Branco; líder do CEPAD (Centro de Pesquisa e Apoio ao Desenvolvimento Regional) da UTFPR. E-mail: hiedacorona@uol.com.br; hiedacorona@hotmail.com

(BOURDIEU) familiar; das respostas às pressões pelas demandas metropolitanas de moradia e conservação dos recursos hídricos, bem como dos projetos de futuro estabelecidos pelas famílias.

A comunidade de Mergulhão pertence ao município de São José dos Pinhais, ambos localizados muito próximos do centro de Curitiba (em torno de 25Km). Historicamente, tal proximidade gerou uma relação estreita das famílias com a metrópole, o que possibilitou tanto a intensificação da agricultura como a existência de uma importante pluriatividade. Essa relação de proximidade vem, ao longo do tempo, viabilizando alternativas de desenvolvimento sempre que essa relação se converte em estratégias concretas que permitem a reprodução da agricultura familiar. A agricultura familiar é o formato social responsável pela constituição e pelo desenvolvimento dessa comunidade até os dias atuais. Isso porque, para a maioria das famílias, a principal fonte de renda está vinculada às atividades agropecuárias e à produção tradicional de uva, de vinho e de “miudezas” (salame, queijo, doces, conservas, ovos, etc), que hoje se vinculam às estratégias voltadas ao turismo rural. A hipótese que orienta o presente trabalho é de que, se essa relação de proximidade limitar a reprodução da agricultura familiar, então essa comunidade estará em risco, porque não poderá manter as bases da reprodução de seu patrimônio fundiário e sociocultural.

Para compreender as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares de Mergulhão é preciso entender, como diz Bourdieu (1991), que as ações humanas são orientadas pelo “senso prático” para resolver os problemas cotidianos e não por uma finalidade intencional, seja pelo cálculo racional da ação, seja pela simples reação aos estímulos do ambiente. Nessa perspectiva, torna-se necessário orientar-se pelo olhar sobre os fenômenos sociais, privilegiando certos aspectos: os da história, que condicionam à cultura e às ações (*habitus*); os das situações sociais presentes no contexto das manifestações das ações humanas (espaço físico e social) e os aspectos do resultado das ações, o qual contém tanto os condicionamentos como as inovações e as esperanças ou antecipações presentes nas estratégias de reprodução social.

Ao constatar que o formato social que caracteriza a comunidade de Mergulhão é a agricultura familiar, assume-se que suas características fundamentais são de que nela a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família, e a “interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções como a transmissão de patrimônio e a reprodução do estabelecimento” (LAMARCHE, 1993, p. 15). Para Wanderley (1999), a combinação desses fatores não é apenas um detalhe, é uma característica que tem consequências para a forma como esta agricultura age econômica e socialmente. Isso poderia explicar a capacidade de adaptação da produção familiar às diferentes situações. De acordo com a autora, a agricultura familiar continua a reproduzir-se com o objetivo de preservar uma margem de autonomia da família. Nela permanece um modo específico de organizar a produção “cujo funcionamento tem como referência a própria estrutura familiar da unidade de produção” (WANDERLEY, 1999, p.44). Assim, o “lugar da família” constitui-se no elemento de referência e de convergência no esforço estratégico

para constituir e reproduzir o patrimônio fundiário familiar, o qual permite garantir sua reprodução social.

Nesse sentido, o olhar analítico sobre a comunidade de Mergulhão a partir do contexto metropolitano, aponta para uma série de estratégias familiares que, ao longo de um século, vêm marcadas pela luta por reproduzir o patrimônio familiar. Uma trajetória orientada, desde a ocupação até hoje, pelas respostas as demandas da metrópole, ora através das políticas públicas, ora pelas escolhas das famílias entre o conjunto de possibilidades que a metrópole oferece. Exemplo disso é a relação estreita entre os agricultores e as famílias curitibanas pela venda/compra de produtos da agricultura camponesa durante décadas do século XX e, também, o acesso dos netos dos pioneiros ao trabalho assalariado urbano (pluriatividade), muito comum nas famílias da comunidade. Mas, essa relação é marcada também por restrições, seja pela falta de infraestrutura por várias décadas desde a ocupação da colônia, seja pelas demandas atuais de moradia para o pessoal da cidade ou pela conservação (necessária) dos recursos hídricos e remanescentes florestais, o que vem impulsionando novas modalidades de pluriatividade.

A pluriatividade é entendida aqui como uma das estratégias de reprodução social da agricultura familiar, que passa a diversificar as fontes de renda pela inserção de seus membros nos diferentes setores econômicos (SCHNEIDER, 2003), seja no mercado urbano-industrial ou em novas atividades no espaço rural (turismo, prestação de serviços, etc). Essas novas atividades no meio rural são identificadas como sendo aquelas que se diferenciam significativamente das atividades tradicionais da família, portanto, que apresentam mudanças significativas nas estruturas físicas e na organização do trabalho, que superam as tradicionais formas artesanais de produção familiar. Essa estratégia faz parte da lógica das famílias desde a segunda geração dos pioneiros, através do assalariamento externo e, nos últimos anos, vem sendo caracterizada pelas atividades vinculadas ao turismo rural, como respostas às demandas por lazer dos citadinos e às pressões pela conservação dos recursos hídricos e remanescentes florestais, os quais servem para preservar a qualidade da água consumida pela metrópole.

As opções dos agricultores têm sido pela construção de pesque-pagues, cantinas de degustação e venda de vinho e de "miudezas", restaurantes, cafés coloniais, salão de festas, pousadas. Essas opções, no entanto, estão vinculadas diretamente à produção agropecuária, pois o vinho, os sucos, os doces, os queijos, os embutidos, entre outros, é que atraem os turistas para a comunidade. Desse modo, as estruturas para o turismo rural estão vinculadas à produção da agricultura familiar. Essas demandas, aliadas às pressões das políticas públicas conservacionistas, vêm promovendo iniciativas importantes de conversão da produção convencional de frutas, olerícolas e leite, voltada para o CEASA e grandes agroindústrias, para a produção "mais natural", voltada para um mercado específico ou para a estrutura turística da comunidade, com venda direta aos consumidores.

Essas atividades vêm dinamizando o desenvolvimento local porque, além de serem uma fonte importante de renda familiar, indicam as opções dos agricultores para enfrentar as restrições que a legislação ambiental coloca para essa comunidade, a qual está localizada na divisa com a APA Estadual do Rio Pequeno e onde está uma das unidades de captação de água da SANEPAR. Por outro lado, a proximidade com os núcleos urbanos de São José dos Pinhais e Curitiba vem possibilitando tanto a inserção e a manutenção de negócios vinculados ao turismo rural de famílias “externas” à comunidade e à agricultura familiar, como a construção de condomínios residenciais para o “pessoal da cidade”. Essa entrada “dos de fora” coloca em evidência as mudanças que a comunidade vivencia e alerta para a necessidade da análise apurada das políticas públicas para o rural metropolitano.

A análise está pautada em informações quantitativas e qualitativas, coletadas através de várias entrevistas com as famílias agricultoras da comunidade (22) e com informantes qualificados. O processo de investigação teve início no ano de 2003 com as primeiras entrevistas abertas com lideranças da comunidade e com informantes qualificados das instituições públicas e organizações dos agricultores (Sindicatos, Associações, etc). A segunda fase do trabalho ocorreu durante o ano de 2004, com 22 entrevistas dirigidas através do uso de um formulário, com questões fechadas e abertas, com vistas à coleta mais detalhada de dados e informações sobre a família, a produção, a renda, o uso dos recursos naturais, entre outras. A última fase da pesquisa ocorreu no ano de 2005 e teve como objetivo um detalhamento das trajetórias de vida das famílias na comunidade, através do estudo de 5 famílias pioneiras.

Desse modo, o presente artigo apresenta os resultados dos dados e informações coletadas com as famílias agricultoras de Mergulhão, as quais foram analisadas à luz das referências conceituais que constam acima. Assim, a estrutura do trabalho contempla uma reflexão sobre o processo histórico da comunidade, do qual participa os referenciais dos imigrantes europeus que ocuparam essa colônia no final do século XIX, bem como a trajetória percorrida pelas famílias, que têm em jogo suas estratégias de reprodução social na perspectiva de manter seu patrimônio fundiário, social e cultural. Em terceiro lugar serão analisadas as novas pressões da metrópole e as novas estratégias das famílias e, por último, algumas notas conclusivas deste trabalho.

## **O *habitus* familiar revelado no processo de constituição da comunidade de Mergulhão**

Essa comunidade, como tantas outras no entorno de Curitiba, tem sua origem relacionada com a constituição das colônias de imigrantes, principalmente europeus, na Região Metropolitana de Curitiba, no período entre a segunda metade do século XIX e início do século XX. Esse processo foi decorrente da política pública de constituição do chamado “cinturão verde” de Curitiba, conforme modelo europeu em voga naquele momento histórico. A pretensa

modernização através desse modelo de ocupação do território que hoje abriga a RMC não correspondia ao processo relativamente perverso dessa colonização.

A origem de Mergulhão está relacionada com a vinda de um grupo de famílias de imigrantes italianos que aportaram, provavelmente, no Porto de Paranaguá e se instalaram, inicialmente, em Morretes ou em locais próximos. Posteriormente, há “muito mais de cem anos” (entrevistado 19), subiram a Serra do Mar pelo “caminho dos jesuítas”, a pé e se fixaram na terra que foi se transformando na comunidade de Mergulhão. Pelo relato das famílias mais antigas do lugar, descendentes daquelas primeiras que se fixaram ali, foram poucas as famílias pioneiras (Juliato, Bortolan, Pissaia, Govin, Viriato, Possobom) as quais, com “muito sofrimento”, (entrevistado 18) desbravaram e construíram suas vidas nessa comunidade.

Então, meus avôs vieram da Itália em 1870 [...] Eu sei que eles vieram a pé pra cá, certamente de Paranaguá, eles subiram a pé por um carreiro que tinha, chegaram aqui [...] vieram por aquele caminho dos jesuítas ali [...] vieram junto com os Bortolan, vieram tudo de uma vez só [...] os Juliatto também, tudo. Só que chegaram aqui enganados, aqui não tinha nada, eles vieram achando que tinha tudo [...] a falecida mãe contava que o avô contava, que até folha de árvore comia, era só mato. Enquanto tinha uma fruta ou outra comia, pinhão essa coisa, guabirova, assim, e daí descobriram um pé de moranga, aqui do outro lado do rio. Todo mundo ia busca lá [...] aquele pé foi o pé milagroso que salvou todo mundo [...] ah, daí eles começaram a plantá, e as primeira casa pra começa a fazer, derrubavam pinheiro, e a cobertura era uma ripa em cima da outra, e daí faziam fogo embaixo, fazia fumaça, aquele baita picumã, sabe? E daí lacrava pra não chover. Hum, tem muito mais que cem ano. (entrevistado 20).

Daí sofreram muito,. que era muito mato, e pra planta pra sobrevive tinham que tira muito mato. Que não tinham comida, não tinham nada [...] Ninguém ajudava ninguém...aqui o governo pegou e largou a população...uma área de terra pra cada colono [...] cinco alqueire de chão [...] é terra devoluta [...] é porque é colônia. Colonização, né? Que o governo até tinha interesse que fosse povoado [...] não tinha nada, minha mãe arrancava mato virgem pra fazer roça. [...] então tinha que abri, trabalharam muito [...] por isso que o pessoal dessas colônias assim, tem fama de pessoal muito... trabalhador [...] não tinha transporte, não tinha nada. Jogaram no mato que nem animal... isso aí eles sofreram bastante. Sem casa, sem comida, sem luz, sem máquina, sem enxada, sem ferramenta... e como é que eles construíram? [...] aqui nós temos viga no paiol mais de cem anos, tudo feito com machado [...] e os encaixe, que não tinha prego (entrevistado 5).

Mesmo passado um século das experiências vividas pelos imigrantes que vieram para o Brasil em busca de uma vida melhor, percebe-se nos relatos transcritos acima o sofrimento e a luta das famílias para reproduzir as condições mínimas de sobrevivência. As precárias condições de vida dos pioneiros foram associadas a dois fatores que marcaram a história dessas famílias: a pobreza em que se encontravam nas suas nações de origem (Itália e Polônia), o que impulsionou a vinda das famílias nas condições de extremo risco ao qual se submeteram, e a política de colonização, a qual “enganou” porque apenas deu terra (5 alq), mas sem oferecer as mínimas condições de trabalho e de sobrevivência (comida, moradia) durante o processo inicial de colonização.

Segundo os dados da pesquisa de campo, a origem étnica do casal responsável pelos estabelecimentos é, basicamente, de poloneses (22 incidências) e de italianos (22 incidências) e poucos alemães (7), brasileiros (4) e portugueses (2). A grande maioria das 22 famílias agricultoras (19) reside no estabelecimento há mais de 20 anos (máximo previsto no formulário). Essa “mistura” étnica explica-se de certo modo pela convivência das famílias de Mergulhão com a comunidade vizinha chamada Muricy, que tem origem em uma colônia de poloneses, apesar do preconceito dos “italianos mais velhos que não queriam saber de filho seu casado com polonês”.

Eu, desde moço, já tava de olho na minha veia... ah, amor de infância então [...] até que deu certo entre nós dois. Meu pai não aprovava e nem minha mãe [...] Italiano casar com polaco? Ah, era coisa, não podia, não queriam? [...] naquela época, que eu era gurizão, não gostavam que polaco brincasse com italiano, sei lá por que. (o filho interrompe e diz: e tavam certo viu o polaco era muito ganancioso) (entrevistado 18).

Uma das características fundamentais dessa comunidade (como é comum em outras comunidades rurais) é a existência da grande parentela<sup>2</sup>, a qual foi se constituindo no entrelaçamento de várias famílias nucleares, que constitui a base social até os dias atuais. Por esse motivo, associado as outras relações de proximidade interfamiliares, as relações de interconhecimento (MENDRAS, 1978) marcam a história da vida comunitária de Mergulhão.

A grande maioria dos entrevistados referia-se à comunidade como um lugar de “um povo muito trabalhador” ou que “não tem preguiça pra trabalhar”, mesmo atribuindo às atividades da agricultura os conceitos de “muito sofrida” ou “aqui não se tem descanso nunca” e assim por diante. Há nessa comunidade uma autoimagem muito positiva baseada na luta dos pioneiros e na história do lugar. História essa que hoje está sendo reconstruída por muitas famílias que estão envolvidas com o turismo rural, inclusive com a recuperação e exposição nas cantinas de fotos das várias gerações. Percebe-se, também, uma análise crítica da

<sup>2</sup> “A parentela brasileira constitui um grupo de parentesco de sangue, formado por várias famílias nucleares e algumas famílias grandes (isto é, que ultrapassam o grupo pai-mãe-filhos), vivendo cada qual em sua moradia, regra geral economicamente independentes umas das outras, mantendo uma teia de obrigações recíprocas” (ANTUNIASSE, 1998, p. 198).

situação vivida pelos ascendentes na sua relação com as políticas públicas, o que denota um nível de informação e de compreensão em relação à história e à luta pela inclusão social dessas famílias.

O nome dado a essa comunidade tem origem, segundo as histórias contadas pelos avós e pais dos entrevistados, no nome de um pássaro chamado Mergulhão. É uma ave muito comum no lugar e possui, como principal característica, a de se alimentar de peixes “pescados” através do voo rasante e mergulho nas águas abundantes que havia no lugar (Rio Pequeno e lagos formados pela intensa precipitação de chuvas, na várzea do rio). Essa abundância de água é um dos fatores que sempre assegurou as condições da produção agropecuária e a qualidade de vida das famílias e hoje é responsável pelas pressões pela preservação da água para abastecer a metrópole.

A marca que diferencia historicamente essa comunidade é a produção da uva – uma tradição familiar que vem “das origens” e permanece como uma das opções importantes de sobrevivência de muitas famílias vinculadas à produção e à venda do vinho. Essa tradição é ilustrada por três visitas feitas às famílias pioneiras, donas de parreirais cuja muda original, segundo relatos de diversos agricultores, foram trazidas há “mais de cem anos” pelos avós, no navio de imigrantes. A festa típica dessa comunidade é a “Festa do Vinho” que acontece todos os anos e reuniu cerca de 12.000 (em 2004) a 15.000 (em 2005) pessoas, o que acaba envolvendo toda a comunidade. A produção da uva sempre esteve associada às demais atividades dos agricultores familiares desta região, ou seja, à produção agropecuária para o consumo e para o mercado urbano.

Ah, essa aqui parreira veia, essa linha aqui e aquela última lá, essa daqui tem mais de cem anos... essa daqui, aquela lá. [...] de tudo aí, porque... de fora não vai, eu peguei quatrocentos ou seiscentos muda do Rio Grande e não deu aqui. Quem planto essa muda foi meu avô quando veio da Itália. Italiano é um bicho desgraçado. É fogo mesmo... [...] Naquele tempo eu era pequeno..eu me lembro, eu me lembro meu pai arregaçava a calça e, e pisava com tudo...na uva na tina. [...] Meus avo era olaria e a uva, mas a maioria a uva, que tinha...aquele carretão de roda assim de, de, seis cavalo. Eles carregavam na pipa e levavam lá no Portão, que lá tinha distribuidora [...] de vinho, então ele pegava o vinho de tudo aqui... mas naquele tempo a estrada aqui era estradinha e acabo-se, que encalhava à toa, toda estrada de pó. A carroça dele era de seis cavalo. Ele foi dos primeiro produtor de vinho [...] começo com meu avô (entrevistado 19).

Associadas a essas atividades, a tradição também comportava toda a produção para o autoconsumo, com venda do excedente. Havia ênfase no feijão, no milho, nas “muideza” (queijo, salame, manteiga, ovos, doces, carvão, frutas, verduras, etc) e criação. A venda do excedente era corriqueira em função da proximidade com Curitiba. A inserção na dinâmica do polo metropolitano ocorria pela venda direta dos produtos da agricultura para as famílias curitibanas. Mesmo

considerando a pouca distância entre Mergulhão e o centro de Curitiba (hoje em torno de 25 km), as dificuldades de locomoção devido ao precário acesso aos meios de transporte e, principalmente, pela má condição das estradas, faziam com que essa distância se tornasse quase intransponível quando as chuvas eram abundantes.

Mesmo assim, era a Curitiba que os agricultores se dirigiam para comercializar seus produtos. Havia uma relativa intimidade com a cidade por parte deles, já que conheciam detalhadamente os endereços e localizavam-se com muita facilidade, segundo os depoimentos dos entrevistados. Essa proximidade permitiu o acesso, mesmo que em pequenas quantidades, à renda monetária e, mais tarde, o acesso ao trabalho remunerado de muitos descendentes destas famílias. Não era compatível o tamanho da área e o volume da produção e renda para manter as famílias com vários filhos, como eram os casos da grande maioria das famílias pioneiras. Conforme os relatos dos atuais responsáveis pelos estabelecimentos, com idade em torno de 70 anos, a estratégia de recorrer ao trabalho assalariado externo para contribuir com a renda familiar, já fazia parte de sua geração, que não deixou de residir e ou trabalhar parcialmente no estabelecimento da família, fato que se repetiu com seus filhos e netos.

Antes pra ganhar um dinheirinho tinha que carrega a carroça cheia de lenha, carvão, frango, ovo, manteiga, leitão, e bate de casa em casa pra vender [...] de carroça, de casa em casa. Passava lá na frente da catedral de Curitiba, por tudo, tudo, de carrocinha. Levava 24 hora pra ir e voltar. [...] por essa estrada aqui de São José, Quando dava chuva era só atolador ali pra baixo, era um barro, meu deus do céu. Eu me lembro disso com o pai. Daí colocava quatro cavalo. [...] Curitiba mudou de um jeito que... eu nem conheço mais Curitiba, conhecia tudo. [...] nossa, não precisava nem de carro pra andar. [...] andava por tudo, ia até no Santa Quitéria no Portão, eu tinha o meu primeiro carro, o pé de bode "um chevroletzinho 1931". Troquei ele por três vaca, que não sabia o que valia naquela época. Depois melhorou, depois que começaram a criar as vaca [...] o que melhorou foi depois, entrou uma linha de queijaria, aí o pessoal fazia queijo bastante e daí levava pra Curitiba, e daí o pessoal começou aumentar as vaca, aí surgiu a usina de Curitiba aí começou um leiteiro de São José e levava até lá. Daí foi aumentando e daí virou tudo leiteria aqui, foi onde o pessoal ganhou dinheiro. Daí, passado muitos anos, a usina abriu uma filial em São José, aí cresceu que barbaridade, viro a CLAC. Aí quanta gente que levantou por aqui. (entrevistado 20).

Essas referências lembram o que diz Bourdieu (2001) sobre o fato de que os agentes sociais são dotados de *habitus* que são inscritos nos corpos pelas experiências passadas. O *habitus* é produto e, ao mesmo tempo, produtor da história, porque é através das práticas individuais e coletivas, engendradas pelos esquemas geradores da própria história, que o passado sobrevive na atualidade e tende a se perpetuar no futuro, "actualizando-se em práticas estruturadas segundo seus princípios, lei interior através da qual se exerce continuamente a lei de

necessidades externas irredutíveis às coações imediatas da conjuntura" (BOURDIEU, 2002, p.178). Na trajetória das famílias nos estabelecimentos da comunidade, herdados dos pioneiros que desbravaram a região, observa-se as marcas que estão na memória e que engendram estratégias até hoje, responsáveis pela reprodução destas famílias no espaço social e físico da comunidade. Observam-se semelhanças nos discursos familiares, na linguagem, no modo de vestir e nos símbolos que são valorizados. A ênfase de todos é na saga de luta das famílias, na coragem dos antepassados, no povo trabalhador que faz esta comunidade ir em frente. Símbolos são preservados como forma de "comprovação" desta história: as fotos dos antepassados, as construções antigas, os pés de uva originais que vieram da Itália, os objetos antigos que eram usados na produção do vinho e das "miudezas". Diz Bourdieu que:

A diversidade de condições, a diversidade correspondente de *habitus* e a multiplicidade de deslocamentos intra e intergeracionais de ascensão ou declínio fazem com que os *habitus* possam se defrontar, em inúmeros casos, com condições de atualização diferentes daquelas em que foram produzidos: isso ocorre em especial em todos os casos em que os agentes perpetuam disposições tornadas obsoletas pelas transformações das condições objetivas ou quando ocupam posições capazes de exigir disposições diferentes daquelas derivadas de sua condição de origem" (BOURDIEU, 2001, p. 196)

As condições objetivas demonstram que na trajetória dessa comunidade, dada a sua proximidade com Curitiba e as dificuldades de manutenção de toda a família em áreas tão reduzidas, é possível identificar mais diretamente as nuances das demandas da metrópole e seus efeitos sobre o desenvolvimento da comunidade. Consta-se que o projeto inicial de instalação das colônias como mecanismo de constituição do "cinturão verde" no entorno de Curitiba, com a função clara de abastecer os núcleos urbanos em plena expansão, acabou envolvendo a comunidade de Mergulhão. É importante lembrar que a vinda dos imigrantes europeus a partir de 1850, mais intensamente nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, respondia a uma ideia dominante nas elites brasileiras de que a modernização do país dependia da inserção desses imigrantes no processo produtivo, porque possuíam conhecimentos técnicos e domínio de uma racionalidade mais adequada ao "progresso" da nação (VAINER & AZEVEDO, citado por GELHEN 1998, p. 61).

Se observadas as políticas públicas para o rural a partir da fundação da COMEC (Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba), em 1975, pode-se constatar a continuidade dessa estreita relação entre política pública e respostas da comunidade de Mergulhão. Em 1978, no primeiro Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI), a COMEC recomendava para a região a leste de Curitiba a constituição e expansão da bacia leiteira para abastecer a RMC. Em São José dos Pinhais, já existia e prosperava a produção e o beneficiamento do leite há muito tempo, antes mesmo da fundação da CLAC (Cooperativa de Laticínios Curitiba Ltda) em 1959 (registrada no sistema OCEPAR em 1972) a qual entrou em

falência na década de 90. A opção pela produção do leite, segundo depoimentos de alguns agricultores de Mergulhão, vinha da tradição das famílias que mantinham, como seus ascendentes europeus, um sistema de produção baseado na policultura-criação.

Essa cooperativa foi de suma importância para as famílias agricultoras de Mergulhão, porque sendo sócios eles obtiveram através da CLAC as condições para a modernização da produção. Adquiriram gado de raça, receberam orientação sobre inseminação, compraram máquinas para o trabalho com o leite e lavoura, adquiriram insumos industrializados, asseguravam o transporte adequado, a compra de toda a produção e o financiamento, entre outros benefícios. Foi nesse período (entre anos 70 a 90), que esta comunidade vivenciou uma grande prosperidade econômica, responsável pela melhoria das condições de vida das famílias, inclusive permitindo o retorno de muitos filhos para trabalhar em tempo integral no estabelecimento familiar, além da aquisição de terras, entre outras melhorias. O que se conclui é que, nesse caso, tal política pública veio confirmar as estratégias já existentes, estabelecidas como respostas às demandas e às condições sociais concretas vividas pelos agricultores.

Essas transformações modificaram aspectos importantes da vida camponesa, inseriram uma racionalidade guiada pela eficiência necessária para ser competitivo no mercado, modernizando as estruturas de produção e dos conhecimentos técnicos. No entanto, essa especialização na produção leiteira não acabou com os aspectos da tradição. Aliada às atividades voltadas diretamente para o mercado, continuou a produção voltada para o consumo ("de tudo um pouco") da família e dos animais e, ainda, a manutenção da tradição italiana na produção da uva e do vinho. Os filhos e netos saíram para trabalhar como assalariados urbanos, inclusive muitos como técnicos de organismos voltados para a agricultura, mas não deixaram de permanecer morando e ou produzindo nos estabelecimentos familiares. Há diversificação das situações vividas pelas famílias, há mudanças inter e intrageracional; no entanto, permanecem aspectos relevantes constitutivos do *habitus* familiar, que se renova em novas estratégias de reprodução social das famílias.

Em síntese, a trajetória das famílias dessa comunidade pode ser sintetizada em três grandes fases: a primeira, com base na herança camponesa europeia baseada na policultura-criação e na mecanização com tração animal que marcou a ocupação e o desenvolvimento da comunidade; a segunda, com base na intensa produção leiteira, mais especializada e tecnificada, com grande prosperidade econômica; a fase atual, marcada pela olericultura/fruticultura e pelo turismo rural, o qual fez intensificar a produção tradicional do vinho e de outros derivados da produção tradicional em agropecuária, ao mesmo tempo modificando aspectos importantes da vida comunitária.

## **A dinâmica atual do turismo rural: estratégias de reprodução social das famílias**

No segundo PDI, divulgado através de relatórios parciais de 2002 e 2003, as grandes diretrizes apontaram no sentido de incorporar no projeto de futuro da RMC a abordagem do “desenvolvimento sustentável”. Desse modo, a COMEC buscou evidenciar as preocupações ambientais e passou a dar ênfase à conservação e à proteção, principalmente no que se refere aos recursos hídricos e remanescentes florestais naturais (em geral, mata ciliar) para o abastecimento de água da RMC. Para as áreas estratégicas de captação de água a recomendação passou a ser atividades com menor impacto ambiental, entre elas o turismo rural. A comunidade de Mergulhão é exemplo dessas mudanças desde a criação da APA estadual do Rio Pequeno (decreto 1752, de 6/5/1996) que fica à margem da comunidade. As principais iniciativas do poder público municipal e estadual e de várias instituições de ensino e pesquisa, como a PUC (Pontifícia Universidade Católica do Paraná), por exemplo, foram direcionadas ao incentivo do turismo rural.

A Prefeitura Municipal tem participação em diversas ações: pavimentação das vias de acesso e das que ficam no interior da comunidade; reuniões e incentivo para a constituição da Associação do Caminho do Vinho; distribuição de placas do “caminho do vinho” na frente das cantinas; pesque-pagues; restaurantes; venda de artesanato, com indicação da atividade e a família responsável; infraestrutura para a realização da festa do vinho; entre outras. O que era uma tradição – a uva e o vinho e as “miudezas” - agora passa a ser o maior atrativo para o turismo rural, responsáveis por ganhos significativos para as famílias envolvidas. O vinho passou a ser uma marca da comunidade, mas, em torno dele, outras atividades foram sendo desenvolvidas para aproveitar o fluxo dos turistas. Exemplo são os restaurantes, cafés coloniais, pesque-pagues e venda de artesanato (os dados da renda familiar apresentados mais à frente permitem identificar a importância dessas atividades). Outro exemplo desse processo de conservação e proteção ambiental, tal como previsto no PDI, é que o prazo de saída de um matadouro/frigorífico de suínos, localizado na comunidade, já estava se esgotando em 2005, o que aponta para um direcionamento das atividades a serem estimuladas no lugar.

A partir da dinâmica demográfica das famílias de Mergulhão é possível observar duas situações importantes. As 22 famílias possuem um total de 112 membros, o que equivale à média de 5,1 membros por família; o total de filhos chega a 58 o que equivale à média de 2,6 filhos por família. Desses, 91 (média de 4,1) membros residem no estabelecimento rural, sendo que desses 39 são filhos (média de 1,8). Em primeiro lugar, no que se refere ao número de membros, verifica-se a queda do número de filhos por família, fato que vem acompanhando a tendência das últimas décadas, tanto no nível nacional como no estadual. Porém, a média da comunidade (2,6) é menor que a média nacional (3,7) e da região Sul (3,2), segundo dados do IBGE (2005). Em segundo lugar, observa-se um processo de envelhecimento da população, seja porque ficam os mais velhos (46% dos responsáveis estão na faixa etária acima de 50 anos) no estabelecimento rural e migram os mais jovens (média de filhos: 2,6 - média de filhos residentes: 1,8), seja porque a proporção de idosos acima de 61 anos é de 12,5% sobre a população total da comunidade (a média do PR de 65 anos e mais é de 5,8%).

Destaque-se o fato de que 10 (dos 91) residentes são aposentados que têm nas aposentadorias a principal fonte de renda monetária da família (ultrapassa a 50% do total da renda). Quanto ao destino dos 16 filhos que saíram do estabelecimento, observa-se que 13 foram para o meio rural [da comunidade (3), do município ou de outros municípios da RMC] e apenas três (3) foram para a cidade. A tendência de migração para o rural chama a atenção, pois, aparentemente, as “oportunidades” pela proximidade física e social das cidades limítrofes parecem sucumbir à tradição das famílias agricultoras e ao fato de que o rural é o espaço de reprodução de uma fatia importante da população da RMC.

A dinâmica das ocupações dos membros das famílias pesquisadas de Mergulhão explicita as principais estratégias de reprodução social. Ainda hoje continua sendo a agricultura a principal atividade para 41 dos 91 membros residentes das 22 famílias entrevistadas. No entanto, são 12 famílias que possuem membros residentes (em torno de 27 (30%) membros) desenvolvendo atividades extra-agrícolas, como principal atividade ou como atividade secundária. Na maioria absoluta dos casos essas atividades estão associadas com a atividade de agricultor. A estratégia dessas famílias visa, em geral, aumentar a renda familiar e/ou ocupar a mão de obra não utilizada nas atividades agrícolas. Desses 27 membros, 16 são filhos, 5 são os responsáveis pelo estabelecimento, 3 são cônjuges e 3 “outros membros”.

Das 12 famílias que possuem membros (27) envolvidos nas atividades extra-agrícolas, 8 famílias estão vinculadas ao turismo rural (5 cantinas de vinho, 1 restaurante/lanchonete, 2 pesque-pagues, todos com venda de produtos derivados da produção animal ou vegetal como doces, embutidos, bolos, queijo, manteiga, requeijão etc). Das outras 4, 3 famílias têm membros assalariados não agrícolas fora do estabelecimento (2 no aeroporto internacional próximo da comunidade) e 1 assalariado agrícola fora do estabelecimento. O perfil dessas atividades permite afirmar que o *habitus* familiar construído pelas sucessivas gerações, a partir de uma base étnica/cultural dos italianos e poloneses, contribuiu para compor a “marca” da comunidade do Mergulhão que é a produção do vinho e dos derivados da produção agropecuária (embutidos, queijos, compotas, doces, massas, entre outros). Essa “marca” está vinculada à tradição da comunidade, porém, é atualizada pelas novas demandas legais e sociais. Ilustra bem essa dinâmica o depoimento do entrevistado 20:

Quando montamo o pesque-pague já foi com a lanchonete. A gente serve lanches, porções... o pessoal vem mais por causa do espetinho de peixe. Só que a gente foi construindo num cantinho, depois a gente foi aumentando [...] era menor sim, a gente atendia antes só com freezer, num cantinho. Faz o que, uns três anos. Esse progresso da comunidade ah, acho que a qualidade dos produtos aqui na região, do vinho..isso chama. Então eles vem. O vinho daqui com o de Campo Largo não tem nem comparação. Ma o pessoal se engana, porque o vinho daqui, toma um litro daquele, vem aqui toma um pouquinho já sai arredando porta (risos). [...] aqui vende bastante compota também, vende, doce, salame também. Facilita porque é pertinho da cidade também [...] Agora com o calçamento até na igreja ali facilitou bastante. Do centro é

rapidinho". Isso aqui era, era um tanque né, e daí aqui no vizinho, tinha movimento aí, o banhado não tinha serventia pra nada, fomo aumentando, aumentando. (entrevistado 20)

Lembrando Bourdieu (2002), *habitus* significa "um sistema de disposições duradouras, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como tal, ou seja, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente "reguladas" e "regulares" sem nada serem o produto da obediência às regras [...] "disposições não conduzem de modo determinado a uma ação determinada: elas só se revelam e se realizam em circunstâncias apropriadas e na relação com uma situação" (BOURDIEU, 2001, p. 163, 182). O *habitus* como um sistema de disposições de "ser e de fazer constitui uma potencialidade, um desejo de ser que, de certo modo, busca criar as condições de sua realização, portanto impor as condições mais favoráveis ao que ele é" (idem). Isso dito, tal conceito só pode ser entendido como o espaço que, estando no indivíduo, contenha disposições que são coletivas (funcionam de maneira orquestrada). Assim, as estratégias de reprodução engendradas pelo *habitus* constituem mediações pelas quais se realiza a tendência da ordem social a perseverar no ser.

Observa-se que as "novas" estratégias caminham no sentido das demais estratégias estabelecidas historicamente pelas famílias de Mergulhão, ou seja, elas estão vinculadas ao saber e às experiências concretas dos agricultores, os quais transformam esses saberes e experiências (*habitus*) em oportunidades de renda e de trabalho para a família de acordo com as oportunidades do contexto em que vivem. Na maioria dos casos das famílias envolvidas com o turismo rural, observa-se a presença forte dos filhos participando de algum modo das decisões e diretamente do trabalho com divisões de tarefas e estabelecimento de funções bem definidas. Há muitos exemplos de filhos que residem em São José dos Pinhais e que trabalhavam na cidade e estão retornando aos estabelecimentos familiares para se dedicarem às atividades de produção, transformação e venda dos produtos da agricultura familiar e à abertura de novas possibilidades para aproveitar o turismo rural, investindo na construção de infraestrutura como pousadas, lago com pedalinhas, etc.

Vale destacar o fato de que o turismo nessa comunidade contou, além das políticas públicas de incentivo ao turismo rural, com a proximidade com as cidades de São José dos Pinhais (6 km) e Curitiba (25km) e pela boa infraestrutura viária. A maioria das famílias envolvidas com o "caminho do vinho" está investindo na construção e em equipamentos mais adequados para a produção do vinho e dos demais produtos artesanais, bem como na comercialização direta com os consumidores. Estão melhorando em muito a infraestrutura para o turismo rural, apesar de os depoimentos demonstrarem uma relativa insegurança ainda quanto à consolidação ou não desse projeto de desenvolvimento.

Em relação aos sistemas produtivos predominantes pode-se afirmar que dos 22 estabelecimentos rurais de Mergulhão, 11 estão no extrato entre 10ha a 20ha, 7 com menos de 10ha e 4 entre 20 e 42ha, ocupados pela olericultura,

fruticultura, pecuária, produção de leite e produção do vinho. Há uma forte presença da olericultura, combinada com grãos (5 casos), ou com a fruticultura (4 casos), ou com o leite (2 casos), ou com pesque-pague – piscicultura (2 casos) ou, ainda, com a produção de húmus (1 caso). Nessa comunidade, existem aqueles sistemas mais tradicionais que continuam a se desenvolver, como é o caso da produção do leite e de seus derivados e da uva associada à produção do vinho, como já visto anteriormente. Assim, o que caracteriza de certo modo a terceira fase de desenvolvimento da comunidade é justamente a tensão entre a intensificação da olericultura e fruticultura para o mercado e as pressões e oportunidades abertas pela perspectiva das novas ruralidades, como o turismo rural, que contempla a conservação da paisagem rural, algo útil para a preservação dos recursos hídricos da RMC.

Em relação à assistência técnica observa-se que 17 (78%) agricultores declararam ter acesso à assistência técnica, dos quais 13 acessam assistência da EMATER; 7 da Secretaria Municipal de Agricultura e 6 de empresas privadas e, dessas, algumas são ligadas ao leite (Frimesa). Pode-se inferir desses dados que a presença da assistência técnica foi responsável, em grande medida, pela inserção dos agricultores de Mergulhão na primeira fase da modernização, via produção do leite, e continua sendo estratégica tanto na intensificação da olericultura e da fruticultura (uva e morango) como no estímulo e investimento no turismo rural.

É importante destacar que foram observadas duas experiências de produção ecológica: um produtor de uva/vinho ecológico (entrevistado 8) e um olericultor (entrevistado 18), as quais apontam para uma recente modificação nas práticas convencionais dos agricultores. A primeira porque o agricultor teve experiência negativa com o uso de agrotóxico e a segunda porque está se inserindo nas novas demandas de mercado e respondendo às pressões pelas “sustentabilidade”. A lógica de mercado, porque reduz custos e melhora os preços na comercialização; às pressões para a conservação ambiental e preservação da paisagem rural porque são possibilidades de atrair os turistas, além do atrativo da cantina de vinho no estabelecimento. Essa família tem projetos para construir um grande lago artificial (no lugar onde já tem um pequeno lago natural) com pedalinhos e uma pousada com bar para atender aos turistas. Diz um dos membros dessa família que “é preciso criar mais atrativos pra poder ganhar mais com o turismo e vender mais os produtos tanto da cantina como da roça porque as pessoas têm interesse de levar produtos mais naturais pra casa”. Inclusive sua esposa está fazendo cursos de turismo rural e tem expectativa de ser contratada pela prefeitura para aprimorar os serviços prestados na comunidade. Desse modo, as preocupações ambientais que motivaram as políticas públicas de proteção aos recursos hídricos têm incentivado e promovido a expansão do turismo rural e uma incipiente conversão para a produção orgânica.

Tais tendências identificadas em Mergulhão evidenciam de certo modo como a “problemática ambiental” impacta o mundo rural e promove mudanças nas estratégias familiares. O rural modificado pelo processo de modernização, nos países de capitalismo avançado, passa a estar vinculado a uma natureza “desnaturalizada” e a um ambiente não mais de qualidade (FERREIRA, 2002). Seja

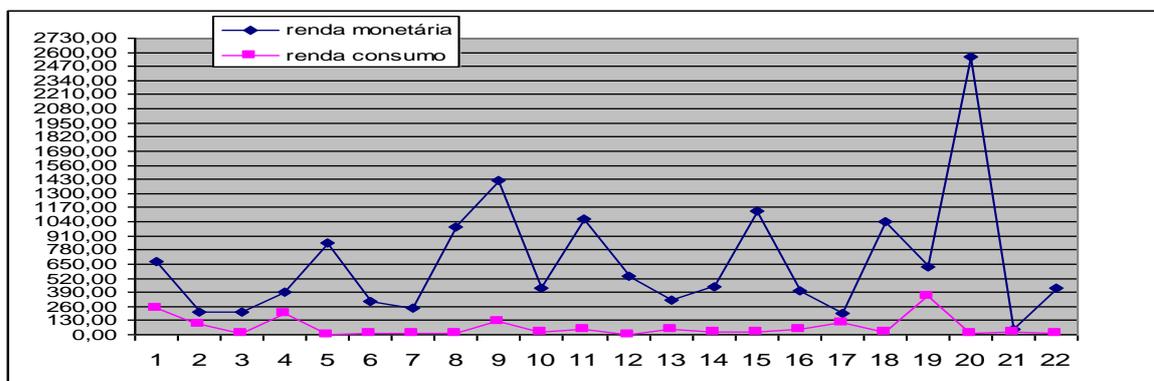
pela transformação da paisagem pela degradação das florestas e pela expansão das monoculturas, seja pela poluição gerada no processo produtivo, pelo uso intensivo de produtos químicos que contaminam o solo, a água e os alimentos, além de afetar diretamente a saúde dos agricultores. Segundo Ferreira (2002), é a crise desse modelo que gera o apelo a uma agricultura sustentável, ou verde, junto com a expansão de áreas protegidas, parques, etc., trazendo o rural para o centro do debate ambiental, dando evidências de suas relações de complementaridade com o urbano. A autora cita Jollivet que diz “uma categoria nova de rural de constrói: a de um rural formado, permeado, estruturado e dinamizado, mesmo se por relações conflituosas, pela referência ambiental e pelo projeto e sentido que essa referência veicula” (JOLLIVET, 1997, p.364).

Nesse contexto de relação estreita com o urbano, Mergulhão pela curta distância com a cidade de São José dos Pinhais e Curitiba, vem tendo uma importante valorização das terras que combinada com as oportunidades com o turismo rural (e demais atividades agropecuárias), promovem um movimento de retorno de familiares para propriedade. Essa estratégia é tanto uma alternativa de trabalho e de manutenção do patrimônio familiar, que precisa ser reproduzido para que a família encontre alternativas mais compensadoras que aquelas que vinham tendo na cidade ou mesmo no rural. O envelhecimento da população residente, identificada na análise sobre os dados demográficos, tende a abrir maior espaço para os filhos e netos, facilitando esse movimento de retorno ou mesmo de permanência daqueles que já residiam no estabelecimento. São possibilidades reais que de certo modo garantem a permanência da grande maioria das famílias nos estabelecimentos rurais em Mergulhão. Nesse sentido, estas estratégias reforçam os principais depoimentos sobre os projetos de futuro das famílias entrevistadas, os quais apontam a preservação e ampliação do turismo rural, bem como a continuidade da olericultura e fruticultura, com abertura para uma “produção mais natural”. Há um relativo consenso de que a permanência das famílias agricultoras depende da combinação das atividades agropecuárias e do turismo rural, com forte presença da pluriatividade.

Essas constatações são confirmadas quando a composição da renda monetária das famílias de Mergulhão é analisada. É possível identificar como as atividades não agrícolas entram na dinâmica familiar e como a agricultura é um espaço importante nas estratégias de reprodução da família e do estabelecimento rural. Observando quais são as fontes que compõem a renda monetária familiar verifica-se que: das 22 famílias de Mergulhão - 6 têm mais de 80% da renda oriunda da produção agropecuária (14 têm alguma renda da produção agropecuária); 3 das 5 cantinas de vinho têm mais de 70% da renda desta origem, 1 tem 43% e o outro apenas 3% porque tem no estabelecimento uma oficina mecânica que rende 90% do total dos ganhos familiares; 4 têm mais de 50% da renda oriunda de aposentadoria (13 aposentados); 1 família obtém 71% da renda com o pesque-pague; 1 família obtém 68% da renda do salário da esposa e filhas; 1 família obtém 65% da renda de aluguel de imóveis; e 1 tem 50% da renda oriunda da produção agrícola e 50% do trabalho assalariado do responsável em trabalho agrícola externo. Esses dados comprovam a importância da produção agropecuária e da pluriatividade das famílias. O gráfico abaixo apresenta os dados

da composição da renda *per capita* mensal total das famílias, evidenciando a importância da renda monetária e a presença, mesmo que reduzida, da renda consumo (CORONA, 2006).

**Gráfico 1. Composição da renda bruta *per capita* mensal total das famílias agricultoras da comunidade de Mergulhão**



Fonte: Pesquisa de campo, Turma V, MADE, 2004/2005.

Existem outras cantinas de vinho e estruturas para o turismo (em torno de 6) que não foram pesquisadas porque não atendiam aos objetivos da pesquisa voltada para a construção da tese de doutoramento (CORONA, 2006), da qual se origina este artigo, a qual estava direcionada para compreender as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares. São cantinas que apenas comercializam o vinho e outros produtos adquiridos de fora, portanto, desligadas da produção do estabelecimento rural. Algumas, inclusive, têm apenas uma pequena área onde estão situadas as construções da estrutura física. De qualquer modo, essas cantinas reforçam as estratégias das famílias tradicionais da comunidade que se dedicam ao turismo rural e que, ao que parece, são a atração principal para os turistas. Porém, elas, somadas aos recentes condomínios (irregulares) de moradia para os cidadãos (3 condomínios visitados), representam uma relativa ameaça para as famílias agricultoras.

A reação das famílias entrevistadas, aos "de fora" da comunidade, variava entre uma postura de ignorar a presença deles até de culpá-los pelos problemas da comunidade. Alguns agricultores, quando perguntados sobre a existência desses condomínios, apresentavam respostas imediatas de desconhecimento, porém, em seguida, condenavam os proprietários (identificados pelo sobrenome da família) que venderam suas propriedades para "os de fora". Outros agricultores, aqueles que vizinham com os "de fora", atribuem a eles a responsabilidade pela poluição do arroio que separa estes estabelecimentos, ou condenam o barulho excessivo promovido por eles, como exemplo, uma das chácaras que frequentemente realizava festas "rave". Muitos atribuem a recente onda de violência (assaltos a mão armada, roubos, etc) na comunidade à intensa circulação de gente "de fora", inclusive pela divulgação do turismo que expõe a comunidade tanto positiva como negativamente.

## Notas conclusivas

Observando a trajetória da comunidade de Mergulhão, observa-se que as estratégias de reprodução social das famílias agricultoras são respostas que contêm o *habitus* familiar constituído pelas referências da vida camponesa europeia, adaptadas às situações do contexto das políticas públicas de colonização no entorno de Curitiba. Contêm, também, as pressões e oportunidades de cada situação vivida pelas famílias em sua relação estreita com o urbano e a indústria. Seja no atendimento às demandas de alimento e mão de obra, seja nas respostas as políticas públicas de modernização do campo e, mais recentemente, de conservação dos mananciais de água e dos remanescentes florestais, decorrentes das políticas para o desenvolvimento sustentável. Nesses diferentes contextos, a produção agropecuária para o mercado, a forte produção tradicional para o consumo e venda de excedentes e a pluriatividade, coexistiam e coexistem.

Observa-se nesse processo que há historicamente estratégias diversificadas de reprodução social dos agricultores da comunidade, que são compostas de atividades mercantis, autoconsumo, assalariamento externo, turismo e conservação do ambiente em função das novas demandas pelo turismo rural e exigências legais, entre outras, que apontam para o que Ellis chama de “estratégias de vivências” que incorporam os “ativos (capital natural, físico, humano, financeiro e social), as atividades e o acesso para essas (mediado por instituições e relações sociais) que juntos determinam o ganho de vida pelos indivíduos e unidades domésticas” (ELLIS, 2000, p. 10, citado/ traduzido por GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007, p.5).

As atuais estratégias de trabalho e renda das famílias de Mergulhão estão sim condicionadas pelas pressões e restrições exercidas pelas políticas públicas de proteção das fontes de captação da água para abastecer a metrópole. Preocupações justas, sem dúvida. Porém, a história de ocupação e de relação com o espaço limitado de terra para prover a sobrevivência das famílias imigrantes, fazia com que a terra limpa e em constante processo de produção fosse fundamental para a permanência das famílias nesse espaço físico/social. Mais tarde, a modernização preconizava o uso intensivo do solo e dos demais recursos naturais. Não é diferente hoje, já que para se reproduzir as famílias agricultoras têm procurado aproveitar ao máximo suas terras, combinando atividades agropecuárias (tecnologia convencional) com as de turismo rural. Claro que se evidenciam mudanças que podem, dependendo das políticas públicas e das estratégias dos agricultores, conduzir a comunidade a uma produção “mais natural”. Isso tudo revela que essa comunidade depende muito de políticas públicas que atendam às necessidades da agricultura familiar, no contexto das novas ruralidades. Políticas públicas que levem em conta que a expansão dos condomínios residenciais nas terras da comunidade do Mergulhão pode restringir a reprodução das famílias agricultoras nessa comunidade.

O vinho, os doces de frutas, os embutidos, a produção artesanal dos derivados do leite, o peixe, enfim, são os produtos da agricultura familiar que atraem e movimentam o turismo rural. A busca pela paisagem e pela "natureza" não está dissociada da produção agropecuária, inclusive a mais tradicional da comunidade. Isso porque a natureza que se apresenta em Mergulhão é já muito artificializada ou "desnaturalizada" e resulta de muitas mudanças e transformações no meio ambiente, desde a ocupação, passando pelo processo de modernização até os projetos atuais. As maiores atrações são as cantinas de vinho, os restaurantes, os cafés e os pesque-pagues; portanto, construções que são incorporadas à paisagem natural, modificando-a. Isso significa dizer que a manutenção da paisagem rural incorpora as mudanças ocorridas, porque o turismo rural no caso de Mergulhão não significa a busca por uma "natureza intocada". As estratégias das atividades extra-agrícolas das famílias entrevistadas, que optaram por diversificar suas atividades de trabalho e fontes de renda, estão em relação direta com a produção agropecuária e às oportunidades oriundas da relação estreita com o meio urbano.

Assim, o turismo rural está vinculado diretamente à produção da agricultura familiar, produção que vem exigindo tecnologia diferenciada para dar conta da conservação e da reprodução do cultivo da uva, por exemplo, porque as parreiras vêm sofrendo perdas pela baixa produtividade e pelo extermínio de mudas, pelo ataque da pérola (tipo de praga). Tecnologia diferenciada é necessária para dar conta da conversão da produção para o orgânico, já que essa possibilidade está sendo identificada por algumas famílias. Desse modo, as políticas públicas devem de fato assumir o desenvolvimento sustentável como possibilidade de atender às multidimensões do desenvolvimento, que, no caso de Mergulhão, requer reproduzir a agricultura familiar como possibilidade de reprodução social, econômica e ambiental, para a presente e as futuras gerações. Assim, é importante levar em conta que o incentivo ao turismo rural em Mergulhão não pode prescindir de políticas públicas e de assistência técnica, voltadas para a produção agropecuária e para a transformação desses produtos. Isso indica que as experiências em curso na comunidade, que se referem à produção "mais natural", devem servir como ponto de partida para uma possível conversão para uma produção orgânica, o que atenderia tanto às necessidades produtivas como às de conservação ambiental. Atenderia, também, aos projetos de futuro das famílias que pretendem permanecer na comunidade e ampliar as possibilidades de sua reprodução social.

---

## THE FAMILY AGRICULTURE IN THE MRC: A LOOK AT THE RELATIONSHIP BETWEEN ENVIRONMENT AND SOCIETY FROM THE COMMUNITY OF MERGULHÃO

### Abstract

The purpose of this paper is to analyze how the community of Mergulhão,

located in São José dos Pinhais City, on the fringe of the metropolitan center, answers the pressures and opportunities created by the relationship with the Metropolitan Region of Curitiba (MRC), by analyzing the strategies of social reproduction of family agriculture. Strategies that result from constitutive experiences of the *habitus* (Bourdieu) family, the responses to the pressures and opportunities arisen in the context of public policies and demands on the metropolitan, as well as the future projects established by the families. Historically, it has generated a close proximity of families to the metropolis, which allowed both the intensification of agriculture and the existence of an important pluriactivity. This close relationship has, over time, enabling development alternatives when this relationship becomes concrete strategies that allow the reproduction of family agriculture. More recently, these strategies are linked to so-called new rurality, such as rural tourism and the conversion to produce more "natural," resulting from the family tradition of producing grape, wine and "offal" and the public policies for water resource and forest remnants conservation.

**Keywords:** family agriculture, strategies of social reproduction; environmental conservation.

## REFERÊNCIAS

- BRANDENBURG, A, FERREIRA, A. D. (orgs.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998.
- BOURDIEU, P. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2ª edição. Rio de Janeiro/RJ: Francisco Alves, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Esboço de uma teoria da prática**. Portugal: Celta, 2002.
- CORONA, H. M. P. **A reprodução social da agricultura familiar na Região Metropolitana de Curitiba em suas múltiplas interrelações**, defendida em março de 2006, junto ao programa Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR.
- GEHLEN, I. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. In: FERREIRA, Ângela. **Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras**. Estudos Agricultura e Sociedade, nº 18, outubro de 2002, p. 28-46.
- MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio Janeiro: Zahar, 1978.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. IN: TEDESCO, J. C. (org). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.